ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GAB. DESEMB - ANNIBAL DE REZENDE LIMA
26 de abril de 2011

REMESSA EX-OFFICIO Nº 61070007259 - VARGEM ALTA - CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
:
REMETENTE : JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE VARGEM ALTA
RELATOR DES. ANNIBAL DE REZENDE LIMA
REVISOR DES. FABIO CLEM DE OLIVEIRA

RELATÓRIO

Cuidam os presentes autos de "ação de responsabilidade civil indenizatória por dano material" ajuizada por ROGÉLIO CAMPOS CABRAL, ora Apelado, em face do MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA, ora Apelante, por meio da qual formula pretensão de recebimento de indenização por danos materiais, pertinentemente ao ato que o reintegrou ao cargo público do qual havia sido anteriormente demitido.

Pela sentença de fls. 74/76, o MMº. Juiz de Direito *a quo* julgou procedentes os pedidos formulados pelo Apelado em sua petição inicial.

Irresignado, o Apelante interpôs o presente recurso, onde, pelas razões de fls. 78/84, pugna pela reforma da sentença hostilizada, afirmando, para tanto, não dispor o Apelado da condição de "efetivo exercício", necessária ao gozo do direito pleiteado.

Intimado, o Apelante ofereceu as contra-razões de fls.

87/92, pugnando pela manutenção da sentença vergastada.

É o breve Relatório.

À douta Revisão.

Vitória, 19 de abril de 2010.

DES. ANNIBAL DE REZENDE LIMA

RELATOR

VOTOS

O SR. DESEMBARGADOR ANNIBAL DE REZENDE LIMA (RELATOR):-

Insurge-se o Apelante contra a sentença hostilizada, ao argumento de não dispor o Apelado da condição de "efetivo exercício" , necessária ao gozo do direito pleiteado, nos termos do disposto no art. 17, da Lei Complementar Municipal nº 010/2003.

Verifica-se que o Apelado foi empossado no cargo de Médico, do Município Apelante, em 01.02.1991 (fls. 105/107) e demitido em 12.05.1994 (fl. 108), após pouco mais de 03 (três) anos de exercício no cargo respectivo, ou seja, quando o mesmo (Apelado) já havia se tornado estável, nos termos do disposto no art. 41, da Constituição da República.

Há de se destacar, in casu, que o Apelado esteve sujeito a um período de 2 (dois) anos, pertinentemente à aquisição de sua estabilidade, eis que entrara em exercício no cargo do qual fora demitido antes da edição da Emenda Constitucional nº 19/98, que alterou a redação do art. 41, da Carta da República, que aumentou de 2 (dois) para 3 (três) anos o prazo para aquisição de estabilidade pelo servidor público.

Observa-se que, em decorrência de sentença, devidamente confirmada por esta Egrégia Corte de Justiça, nos autos da remessa necessária nº 061.009.000.144 (fls. 19/20), o Apelado foi reintegrado ao quadro de servidores do Município Apelante, em 24.01.2005 (fl. 109), pelo que lhe é devido o "pleno ressarcimento dos vencimentos, direitos e vantagens a que tem direito", consoante a dicção do art. 47, da Lei Complementar Municipal nº 010/2003.

Compulsando, detidamente, os presentes autos, percebe-se que o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Vargem Alta (Lei Complementar Municipal nº 010/2003) foi editado em 02.07.2003, passando a regulamentar, desde então, as relações jurídicas funcionais entre o Município Apelante e seus servidores, que, antes da edição do referido Estatuto, eram regidos pela Lei Complementar Municipal nº 001/90, que, em seu art. 40, previa:

“A reintegração, que decorrerá da decisão administrativa ou judicial é o reingresso no serviço público com ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.”

Verifica-se que o Município Apelante não logrou comprovar haver cumprido o disposto no art. 47, da Lei Complementar Municipal nº 010/2003, ressarcindo o Apelado, na forma plena, dos vencimentos, direitos e vantagens a que este (Apelado) tem direito.

Limita-se o Município Apelante a sustentar não ter o Apelado direito à percepção das verbas em discussão, em virtude de não haver laborado no período que medeia entre sua demissão e sua reintegração.

Ocorre que o período de afastamento de servidor por conta de demissão posteriormente declarada inválida pelo Poder Judiciário, não constitui (nem poderia constituir) hipótese de perda de vencimento do cargo público, consoante indicam a leitura do art. 114, da Lei Complementar Municipal nº 001/90, e do art. 27, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº 10/2003.

Portanto, tendo a demissão do Apelado sido reconhecida como ilegal, por decisão judicial transitada em julgado, é manifesto o direito do Apelado à percepção de todas as verbas próprias do cargo por si ocupado antes de sua demissão, como se houvesse efetivamente trabalhado durante o período em questão.

No mesmo sentido o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, ilustrado pelo agravo regimental no recurso especial nº 879532, do qual foi Relator o Exmº Sr. Ministro Felix Fischer:

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. REINTEGRAÇÃO. VENCIMENTOS. RESSARCIMENTO. RESTABELECIMENTO. STATUS QUO ANTE. JULGAMENTO EXTRA PETITA. INOCORRÊNCIA. PRECEDENTES.

Não há que se falar em julgamento extra petita, vez que esta c. Corte firmou o entendimento de que havendo anulação do ato de exoneração do servidor, com a conseqüente reintegração no cargo, deve ser restabelecido o status quo ante, com o ressarcimento dos vencimentos que seriam pagos no período em que foi indevidamente desligado do serviço público. Precedentes.

Agravo regimental desprovido."

Todavia, em que pese o entendimento favorável ao Apelado no sentido de fazer "jus" à percepção de todas as verbas próprias do cargo por si ocupado antes de sua demissão (como se houvesse efetivamente trabalhado durante o período em questão), importante fixar quais verbas que lhe seriam devidas (no período), uma vez que estava submetido a regime estatutário e não celetista.

Em sua petição inicial, o Apelado postula, dentre outros, o recebimento de pagamento em dobro de férias não gozadas, nos termos do art. 137, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e regularização das verbas devidas ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS.

De início, cabe ressaltar estar o Apelado vinculado a regime próprio de previdência, a que se refere o art. 153, da Lei Complementar Municipal nº 10/2003, de forma a tornar descabido o repasse de verbas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Por outro lado, na dicção do art. 120, da Lei Complementar Municipal nº 001/90, tem-se que:

Art. 120. Além do vencimento, poderão ser deferidas as seguintes vantagens:

- I - Ajuda de custo;
- II - Diárias;
- III - Auxílio para diferença de caixas;
- IV - Salário Família;
- V - Auxílio doença;
- VI - Gratificações.

Não se afasta desse comando o teor do art. 70, da Lei Complementar Municipal nº 10/2003, que também prevê um rol exaustivo de verbas pecuniárias a que poderiam ter direito os servidores públicos municipais pela remuneração de seus serviços.

Ainda segundo o art. 70, § 4º, da Lei Complementar Municipal nº 10/2003, "nenhuma vantagem pecuniária que não conste desta Lei, poderá ser concedida sem autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias e em Lei específica".

Logo, não se pode impor à Municipalidade o pagamento de férias em dobro, contribuições previdenciárias ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, até porque esta última verba (recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) não constitui direito social de titularidade reconhecida aos servidores públicos estatutários, ocupantes de cargos públicos, consoante se extrai da interpretação conjugada dos art. 7º, inc. III, c/c o art. 39, § 3º, ambos da Constituição da República.

Ante o exposto, conheço do recurso, dando-lhe parcial provimento, apenas para excluir da condenação o pagamento de férias em dobro, contribuições previdenciárias ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Prejudicada a remessa necessária.

Tendo em vista ter o Apelado decaído de parte mínima do pedido, em atenção ao disposto no art. 21, parágrafo único, do Código de Processo Civil, mantenho os ônus sucumbenciais na forma como estabelecidos na r. sentença recorrida.

*

O SR. DESEMBARGADOR FABIO CLEM DE OLIVEIRA :-

*

O SR. DESEMBARGADOR CARLOS SIMÕES FONSECA :-

*

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, REMESSA EX-OFFICIO Nº 61070007259 , em que são as partes as acima indicadas, ACORDA o Egrégio Tribunal de Justiça do Espírito Santo (Primeira Câmara Cível), na conformidade da ata e notas taquigráficas da sessão, que integram este julgado, em, À UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, PREJUDICADA A REMESSA NECESSÁRIA.

*

*

*